

---

## O CONFLITO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E A AUSÊNCIA DO ESTADO NA REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

VALENZOLA, Renato Henrique<sup>1</sup>

**Resumo:** A República Democrática do Congo (RDC) é um dos países africanos que sofreram com as práticas do imperialismo e, depois de independentes, passaram por conturbados processos de consolidação da ordem política. Depois de anos de ditadura pós-independência, o país sofreu um golpe de Estado e a situação esboçou um ar de mudança. Contudo, organizações milicianas, divergências étnicas, interesse econômico e intervenção de países adjacentes construíram um cenário em que se tornou impossível a observação de coesão social. Anos de conflito aberto se desenrolam e, até mesmo em tempos de paz, a conjuntura de disputa traz ônus à sociedade. Fatos dos mais preocupantes no que tange à RCD passam pela questão de que o conflito não se restringe a esfera militar, por diversas vezes a população civil é alvo de ataques das partes beligerantes, configurando um cenário de contínuo desrespeito aos Direitos Humanos, no qual o Estado pouco faz para a defesa de sua população, e por vezes, ao contrário, age contra ela. Essas particularidades serão, primeiro, narradas e, depois, analisadas com base nos relatórios de diversas organizações não governamentais e organizações internacionais.

**Palavras-chave:** RDC. Conflito. Direitos Humanos. Estado. População civil.

**Abstract:** The Democratic Republic of Congo (DRC) is one of the African countries which suffered with the practices of imperialism and, after independent, experienced turbulent processes of consolidation of political order. After years of dictatorship, the country suffered a coup d'état and situation outlines a change. However, militia organizations, ethnic differences, economic interest and involvement of adjacent countries construct a scenario in which it becomes impossible to observe social cohesion. Years of open conflict take place and, even in times of peace, the situation of dispute brings burden to society. The most disturbing facts regarding the RCD pass by the question that the conflict is not limited to the military sphere, several times the civilian population is the target of attacks by warring parties, drawing a scenario of continuing disrespect for Human Rights in which the State does little for the defense of its population, and sometimes, on the contrary, acts against it. Those characteristics will first described and then analyzed based on the reports of several non-governmental organizations and international organizations.

**Key-words:** DRC. Conflict. Human Rights. State. Civil Population.

---

<sup>1</sup> Curso de Relações Internacionais da FFC – UNESP Marília. renatohvalenzola@gmail.com

## Introdução

Partindo do princípio de que é da lacuna entre a ação estatal e as práticas sociais que se coloca um campo propício para a atuação de forças paralelas ao Estado, neste trabalho analisaremos um cenário em que esta situação é palpavelmente perceptível, o conflito que se desenvolve na República Democrática do Congo (RCD), no qual é latente a ineficiência estatal na regulação das relações sociais.

Segundo a história positiva, o conflito em questão se estende no tempo de 1996 até 2003, período que compreende o início da Primeira Guerra do Congo e o término da Segunda Guerra do Congo<sup>2</sup>. Contudo, os fatores que levam ao desenvolvimento do mesmo são profundos e remontam ao período de sua descolonização e ao incidente ocorrido em 1994 no país vizinho, o Genocídio de Ruanda.

Da mesma forma, após o encerramento formal da guerra, com a assinatura do *Global and All Inclusive Agreement* (AGI), em Sun City, África do Sul, a atmosfera belicosa permaneceu posta e milícias armadas, até hoje, se encontram mobilizadas na região. Já no ano de 2012, um novo movimento armado e de considerável estrutura e relevância foi formado, o M23, o que confirma a protelação do ambiente de conflito armado.

Dados apontam que a RDC é um dos países menos desenvolvidos e com menor qualidade de vida no mundo. O país ocupa a 186<sup>a</sup> posição entre 187 países na tabulação do IDH medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e 80% de sua população vive com menos de U\$ 1,00 por dia (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2009). Sem dúvida, o conflito de que trataremos e que, atualmente, se concentra na porção leste do país, nas regiões do Kivu do Norte e Kivu do Sul, é fator que coopera nestas estatísticas, uma vez que, em razão dele, mais de 1,4 milhões de congoleses foram obrigados a fugir para as matas do Congo e 322 mil para os países vizinhos.

Para apresentar os ocorridos que envolvem o conflito na RDC, abordaremos os grandes fatos que permeiam o mesmo sem que, contudo, se abra mão de utilizar uma perspectiva micro-histórica, porque, embora reconheçamos o valor dos fatos importantes e dos atores poderosos para o tema a ser tratado, entendemos que uma série de acontecimentos históricos que envolve uma grande gama de atores, não pode ter outro foco se não o indivíduo. Neste caso em particular, o indivíduo encontra-se em condição marginal no discurso porque carece de uma imensidão de necessidades e, contudo, não encontra

---

2 Esta última também é conhecida como Grande Guerra Africana ou Guerra Mundial Africana.

respaldo na atuação estatal. Justamente por isso tentaremos recontar a história congoleza do ponto de vista dos cidadãos marginalizados, daqueles ultrajados pela carência de respeito aos direitos humanos e da sociedade civil sem voz.

Podemos afirmar que este conflito, dado na forma em que se apresenta, revela-se complexo e de difícil classificação. É impossível afirmar que o mesmo é de natureza interestatal ou intraestatal. O que ocorre é que, embora este ocorra em território congolês, por muito tempo ele vem sendo travado entre milícias e o exército nacional e entre as próprias milícias em si, no entanto, com apoio estrangeiro para ambas as partes, inclusive com algumas das milícias correspondendo a braços dos exércitos nacionais vizinhos dentro do Congo.

Em um primeiro momento, apresentaremos o histórico do conflito congolês pautados basicamente em relatórios de Organizações Internacionais e Organizações Não Governamentais, buscando marcar como se desenvolveu o ambiente de marcado distanciamento entre Estado e sociedade civil na República Democrática do Congo. Depois, trataremos de algumas variáveis pontualmente, como as estruturas políticas, econômicas e de segurança, para poder consolidar uma opinião mais consistente a respeito da situação a que nos propomos tratar.

## **Histórico**

### **Pré-1994: Os antecedentes**

Como se indicou, há de se voltar no tempo para compreender o início das articulações que levaram à formação da conjuntura atual no Congo. Desde 1878 o território que hoje chamamos de República Democrática do Congo foi colônia belga adquirida e, depois, concedida pelo Tratado de Berlim<sup>3</sup> de 1885. Este tratado acabou por recortar toda a África em territórios segundo o interesse das metrópoles europeias, sem que, por outro lado, qualquer questão de alocação dos povos de diferentes etnias africanas ali presentes fosse verificada.

O território congolês permaneceu sob controle belga durante todo o final do século XIX e o início do século XX, passando pela Primeira e Segunda Guerras Mundiais, até o início da segunda metade do século. Sabidamente, após o encerramento da Segunda Grande

---

<sup>3</sup> Tratado celebrado entre os Estados europeus a fim de definir as fronteiras do território colonial africano entre as metrópoles imperialistas.

Guerra o mundo se deparou com o conflito ideológico expresso na forma da Guerra Fria e é justamente neste período em que o Congo consegue o respaldo necessário para adquirir sua independência.

A libertação congoleza da Bélgica ocorreu no mesmo contexto em que vários países vizinhos também se descolonizavam. Todos eles se aproveitaram da conjuntura favorável posta naquele momento histórico, na qual a Europa imperialista havia perdido força para as duas potências ascendentes que haviam liderado a vitória dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estes últimos, por sua vez, tentaram, durante toda a Guerra Fria, expandir sua área de influência ideológica, capitalista ou socialista, respectivamente, e, assim, angariar mais seguidores, permitindo fazer com que todo o sistema operasse segundo seus padrões. Para isso, tanto EUA quanto URSS apoiaram os movimentos de independência nas antigas colônias europeias.

A declaração da independência, em 1960, foi marcada pelo confronto interno entre os representantes do movimento nacionalista, o qual, no entanto, refletia os interesses externos das potências. Após seguidos golpes de Estado, o Congo se aliou ao bloco capitalista e, somente cinco anos após a independência, o país já entrou em regime ditatorial, sob o poder de Joseph-Desiré Mobutu, ditador que permaneceria na presidência entre os anos de 1965 e 1997. É fato que o país não havia tido tempo suficiente para fundamentar suas estruturas democráticas quando o governo autocrático se impôs. A RDC não conseguiu naquela época – e não consegue até hoje – formar uma estrutura política organizacional eficiente.

O ditador Mobutu é uma figura essencial para a compreensão do atual conflito no Congo. Durante seu governo, a utilização do aparato estatal para o benefício estrangeiro deu lugar à usurpação em benefício privado, dada na latente forma da corrupção, a qual se tornou parte integrante da cultura política congoleza. Foi durante o governo de Mobutu que o nome do país foi alterado para Zaire e o nome da capital para Kinshasa, precisamente em 1971.

Até o momento, as consequências da divisão arbitrária do Tratado de Berlim haviam sido pouco sentidas dentro do território congolês. O país, apesar de concentrar diferentes etnias dentro de seu território, não havia enfrentado grandes conflitos de motivação étnica. Diferentemente, em países vizinhos, como Ruanda, a maioria étnica não convivia

pacificamente com as minorias, inimigas históricas, o que motivou os ocorridos de 1994, que viriam a refletir profundamente na história congoleza.

## **1994: O Genocídio e o Fluxo de Refugiados**

Em território ruandês, duas etnias conviviam em clima de animosidade desde que o país conquistou sua independência: hutus e tutsis. Os hutus compunham a maioria da sociedade ruandesa, mas, contudo, não eram detentores do poder político, o qual se encontrava concentrado em posse da minoria tutsi.

Em 1994, Ruanda foi palco de um dos maiores massacres étnicos registrados na história mundial. Ocorreu que a maioria hutu decidiu atacar aos tutsis como forma de manifestar sua insatisfação para com as políticas governamentais que passavam ao largo de seus interesses. Entre 6 de abril e 4 de julho, cerca de 800 mil tutsis e hutus moderados foram assassinados (INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE, 2010).

Desde a década de 1920, já se verificava um considerável fluxo de migrantes que saia de Ruanda para buscar emprego nas minas congolezas (RIFT VALLEY INSTITUTE, 2012). Com o genocídio, o fluxo migratório foi fortemente incrementado por que hutus e tutsis ruandeses encontravam em seu país natal um terreno hostil.

A região dos Kivus, no Congo, é imediatamente adjacente a Ruanda e por isso foi o destino preferencial daqueles que migravam, desta vez, na condição de refugiados<sup>4</sup>. Os tutsis que ali se instalaram, vinham fugidos de Ruanda pelo temor de que novas ofensivas hutus pudessem atingi-los e encontravam no Congo uma parcela tutsi, também chamada *banyamulenges*, que, no entanto, não os incorporava com homogeneidade, isto é, na sociedade congoleza era evidente a discriminação que ocorria entre os tutsis ruandeses e os tutsis congolezes.

---

4A Convenção de Genebra de 1951, relativa aos refugiados, define mais precisamente em seu artigo 1, parágrafo 1, alínea c, refugiado como aquele:

“Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.” (ONU, 1951, p. 2)

Em adição, a Convenção da Organização da Unidade Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África versa em seu artigo 1, inciso 2, que:

“O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.” (OUA, 1969, p. 2)

Juntamente com o fluxo de refugiados tutsi, também houve a formação de um fluxo hutu, composto por *genocidaires*, ou seja, hutus que haviam participado ativamente do genocídio em Ruanda, e hutus que buscavam outro local para estabelecer moradia mesmo sem terem participado do massacre, por temor da represália tutsi que poderia vir seguida ao genocídio, ou por temor de serem alvo de hutus radicais por não terem aderido ao movimento que levou ao genocídio.

Desta forma, hutus e tutsis ruandeses passaram a dividir o leste congolês com os nativos, o que anunciava claramente o protelamento do conflito ruandês, uma vez que os mesmos envolvidos continuariam a conviver, mudando apenas de local. O fluxo de refugiados ruandeses motivou, dentro da sociedade congoleza, a formação de um fluxo de deslocados<sup>5</sup>, o qual buscava abrigo longe de suas moradias habituais, forçados a se esconder nas florestas congolezas.

É de suma importância citar que, embora este fluxo de refugiados viesse causando uma visível situação de desconforto na sociedade congoleza, o governo de Mobutu nada realizou em termos de política de controle migratório. O que ocorreu na realidade foi a omissão de Kinshasa para com a situação, o que, nos anos seguintes, se tornaria o estopim para a consolidação do movimento que pôs fim aos longos anos de apropriação estatal à conveniência de Mobutu e da elite aliada a ele.

### **1996-1997: A Primeira Guerra do Congo**

Pouco tempo após a intensificação do fluxo migratório com destino à RDC, se fizeram mais frequentes os atos de violência. Seguidamente, os tutsis ruandeses foram alvo de hostilidades tanto por parte de resistências congolezas quanto por hutus. Ruanda se aproveitou desta conjuntura para apoiar tais grupos a se rebelarem contra os refugiados hutus.

Somado o cenário de instabilidade com a revolta apontada, que serve como estopim para o que se seguiria, tem início a 1ª Guerra do Congo. Como força oposta ao governo de Mobutu, que se mostrava passivo com os acontecimentos em questão, emergiu a Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL), composta, em maioria, por tutsis e alavancada pelo apoio externo de Angola, Ruanda e Uganda.

---

<sup>5</sup>Fala-se de refugiado quando o indivíduo em questão se vê obrigado a emigrar de seu país de origem, por este oferecer algum tipo de risco. Enquanto o conceito de deslocado passa pela ideia de que o indivíduo não teve de deixar seu país original, mas teve de sair do local de onde vivia, vendo-se obrigado a migrar dentro de seu próprio Estado.

A corrupta ditadura de Mobutu beneficiava a um grupo restrito da sociedade congolês, o qual centralizava 70% de toda a riqueza derivada da extração e comércio mineral e petrolífero (ICG, 2012). Além dos interesses relativos a questões de formação étnica, o apoio dos países vizinhos à AFDL notadamente possuía razões econômicas.

Este grupo, liderado pelo guerrilheiro Laurent-Desiré Kabila, avançou pelo território congolês angariando diversas vitórias no campo de batalha e se tornou responsável, junto com o exército de Ruanda, por grandes massacres de refugiados ruandeses. Em maio de 1997 os rebeldes tomaram Kinshasa e fizeram com que o presidente Mobutu fosse enviado ao exílio. No dia 29, Laurent Kabila se declarou presidente da República Democrática do Congo<sup>6</sup>.

Com a tomada do governo pelos rebeldes, a guerra, para fins históricos, se dá por encerrada. No entanto, o ambiente de desavença motivado pelas diferenças étnicas e a permanente ingerência de Ruanda e outros vizinhos no território ainda se mostrava um problema sem solução. Durante os anos seguintes, essas questões levariam ao desenvolvimento de um conflito de proporções muito maiores, tanto em tempo quanto em mortes.

### **1998-2003: A Segunda Guerra do Congo**

O momento seguinte à posse de Kabila foi de estabilização. O novo presidente não desejava que os países que apoiaram sua subida ao poder ingerissem em seu mandato, então pediu a imediata retirada das forças armadas aliadas do território congolês.

Tal decisão fez com que o apoio estrangeiro dado à AFDL fosse transferido para outros grupos menores, os quais se organizaram devido à discordância com as medidas de Kabila em relação ao afastamento daqueles que o auxiliaram a tomar o poder. Surgiram, assim, dentre outros grupos, a União Congolês pela Democracia (RCD), que seria apoiada por Ruanda, e o Movimento pela Libertação do Congo (MLC), apoiado por Uganda, enquanto o Zimbábue e Angola permaneciam suportando Kabila.

Estas cisões compuseram a centelha para a 2ª Guerra do Congo, a qual opôs tais milícias ao governo de Kabila e também aos grupos Mai Mai<sup>7</sup>, em um confronto generalizado pelo controle de territórios no Congo.

---

<sup>6</sup> É neste momento que o país deixa de se chamar Zaire.

<sup>7</sup> Pequenas milícias rebeldes, em grande maioria, opostas a presença de Ruanda no Congo.

Embora o MLC tenha desempenhado papel de relevância ao longo da Segunda Guerra do Congo e, depois, durante o período de transição, a RCD foi a milícia que mais se mostrou proeminente durante o conflito, porque, além de ter conseguido atingir um alto nível de organização, em muito devido ao interesse ruandês, suas dissidências ainda permanecem em atividade até a atualidade.

A RCD era uma milícia composta, em sua grande maioria, por tutsis ruandeses e hutus não-gênocidaires, os quais reivindicavam sua permanência no leste congolês sem que sofressem das hostilidades que o governo de Kabila propunha, isto é, sem que fossem obrigados a deixar o território pelo emprego da força. O grupo não era um tipo de representação ruandesa em território congolês, embora recebessem apoio do primeiro. Os indivíduos que formavam a milícia tinham seus objetivos claros e aceitavam o apoio por questão de necessidade (RIFT VALLEY INSTITUTE, 2012).

O conflito teve suas proporções altamente acrescidas. RDC, Angola, Namíbia, Zimbábue, Chade e os grupos Mai Mai se opuseram a Ruanda, Uganda, Burundi e as milícias citadas acima. Devido ao fato destas coalizões se formarem tomando partido favorável ou contrário à Kinshasa, a questão tomou novas perspectivas, fazendo com que a Segunda Guerra do Congo fosse conhecida como Grande Guerra Africana ou Guerra Mundial Africana.

Com o andamento do confronto, o território congolês chegou a ser partido em quatro zonas de controle distinto: o MLC controlava o norte; a RCD-Goma<sup>8</sup>, o nordeste; a RCD-ML<sup>9</sup>, o leste; e o governo central, o restante. Basicamente, o controle estatal não atingia às áreas de controle miliciano. Estas áreas eram como pequenos Estados independentes dentro da própria RDC, ainda que a emancipação destas áreas não fosse o objetivo final de nenhuma das milícias.

Em 1999, todos os Estados envolvidos no conflito firmaram os Acordos de Lusaka. Tais acordos consistiam no cessar fogo e na retirada das tropas estrangeiras do país. No entanto, tendo em mente que as milícias formavam a porção beligerante mais incisiva do conflito e que os apoios poderiam continuar a ocorrer de forma velada, ficou-se evidente que este tratado de pouco valeria e, de fato, ele foi continuamente desrespeitado.

Um ponto positivo dos Acordos de Lusaka foi a permissão para que uma força de manutenção da paz fosse instaurada no país. Com a resolução 1279 do Conselho de

---

<sup>8</sup> Goma é uma das principais cidades da República Democrática do Congo.

<sup>9</sup> Cisão da RCD apoiada por Uganda.



Segurança da ONU (ONU, 1999), foi criada a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), que tinha como objetivo realizar ações de *peacekeeping*<sup>10</sup>, monitorando o cumprimento dos acordos a partir das atividades de 500 observadores enviados.

É evidente que, com os contínuos desrespeitos aos tratados, uma quantia pequena de observadores pouco acarretaria em algum tipo de melhora na situação. Por isso, por meio de seguidas resoluções, a ONU estabeleceu que mais agentes fossem levados ao campo e que medidas de *peacebuilding*<sup>11</sup> e *peaceenforcement*<sup>12</sup> fossem implementadas, no intuito de proteger a vida de civis, empregando a força, se necessário.

Esse tipo de medida foi levada a cabo porque se tornou corriqueiro da dinâmica do conflito congolês práticas ultrajantes aos direitos humanos realizadas contra a população civil. Ocorria que, por vezes, ataques a civis eram realizados indiscriminadamente e, além das mortes, a prática de estupros na região se tornou a de maior recorrência do mundo (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009).

Um dos responsáveis por considerável porção destes estupros e mortes violentas são as Forças Armadas pela Libertação de Ruanda (FDLR). Esta milícia surgiu, na RDC, no ano de 2000, como a associação de hutus, na maioria genocidaires, organizados que buscavam fazer frente às investidas de Kinshasa que tentavam levá-los de volta a Ruanda. Vale citar, no entanto, que as mortes violentas de civis e os disseminados casos de estupro não são exclusividade desta milícia. Embora estas sejam práticas empregadas pela FDLR, outras milícias e as próprias Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) também são sujeitos de ações desta categoria.

No dia 16 de janeiro de 2001 o presidente congolês Laurent Kabila foi assassinado, o que redelineou as diretrizes do conflito. Um dos oficiais próximos do próprio presidente teria sido o responsável por sua morte. Interinamente, o filho de Laurent-Desiré Kabila, Joseph Kabila, assumiu a presidência após dez dias da morte de seu pai (INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE, 2010).

Um ano após o ocorrido, na cidade de Sun City, África do Sul, foi-se dado início a uma série de reuniões que almejavam levaros principais agentes internos do conflito a um acordo. O fim destas reuniões era chegar ao consenso a cerca de um governo temporário de transição, o qual organizaria novas eleições e governaria o país, provisoriamente, amparado

---

10 Manutenção da paz, em inglês.

11 Construção da paz, em inglês.

12 Imposição da paz, em inglês.

por uma constituição promulgada.

Realizar uma costura política que agradasse a todas as partes conflitantes não seria uma missão de fácil execução. Os diálogos que haviam se iniciado no início de 2002 passaram por momentos de instabilidade devido à ocorrência de massacres em que negociantes estavam envolvidos, com destaque para o caso de Kisangani, em que 160 civis foram assassinados.

Os debates foram concluídos somente em março de 2003, após a mediação da ONU, quando foi assinado o Global and All Inclusive Agreement. Nessa ocasião, as partes aceitaram organizar um governo em que Joseph Kabila seria mantido como presidente, mas que seria obrigado a governar cerceado por quatro vice-presidentes: um seria representante da MLC, outro da RCD, outro da oposição política e outro da sociedade civil.

### **2003-2006: O período de transição**

Para fins formais, a assinatura do AGI marcou o final da Segunda Guerra do Congo. Contudo, os fatores que levaram o conflito a eclodir não estavam sanados e, como era de se esperar, o ambiente belicoso iria se prolongar.

Se olharmos friamente, a assinatura do AGI foi uma medida que tentava apaziguar a situação vivida da RDC de forma imediatista. No entanto, no longo prazo, este período serviu para que os envolvidos se realocassem para continuar a reivindicar seus objetivos através da força armada.

Ainda que de forma cuidadosa, uma vez que havia representantes políticos legais cerceando as atitudes de Joseph Kabila, o presidente congolês procurou agir de forma análoga a seu pai no que se refere à presença de forças armadas além da FARDC dentro do território congolês. Kabila buscou não só repatriar os indivíduos refugiados no Congo e agir de forma a impulsionar que os países vizinhos retirassem suas tropas da RDC, mas também se engendrar no jogo político militar disputado pelas milícias, a fim de desmobilizá-las.

Como dito, o ambiente conflituoso permanecia. A MONUC foi questão de discussão no Conselho de Segurança das Nações Unidas por diversas oportunidades e, durante este período transitório, duas resoluções foram aprovadas, buscando aumentar o contingente no país para, desta forma, proteger os civis que conviviam cada vez mais com o crescente poder miliciano e as consequências do fraco poder estatal. As resoluções 1493 e 1565, juntas, enviaram aproximadamente 17000 soldados para a RDC (INTERNATIONAL PEACE

INFORMATION SERVICE, 2010).

A RCD havia conquistado boa quantidade de poder e seus líderes já eram reconhecidos como figuras proeminentes na sociedade congolês. É justamente das consequências da administração de um grupo que cresce de forma rápida que se deriva as causas de o mesmo ter se extinguido.

Como dito acima, o governo de Kabila tinha como estratégia lidar com as milícias que ocupavam o território nacional mais que com os próprios vizinhos que as apoiavam. Já durante o governo transitório, Kinshasa aplica a *brassage*<sup>13</sup>. Esse foi o nome que se deu à abertura de postos nas forças armadas para ex-milicianos, o que impactou não somente em indivíduos que compunham pequenas milícias, mas na RCD, abalando sua estrutura.

Vale lembrar que, embora a RCD fosse um grupo paramilitar apoiado por Ruanda, era permitida, e necessária, a participação de hutus no movimento. Com o crescimento do grupo e a má articulação entre os interesses étnicos dentro do mesmo, foi consequência inevitável a deserção da porção hutu.

Após o enfraquecimento da RCD devido à incorporação de membros às FARDC e a retirada dos hutus, o grupo, que vinha organizado por uma causa que já não era mais comum, se desfez. Isto é, por, entre os combatentes, o ideal de permanência no Congo ter perdido espaço, com o passar do tempo, para outras questões como a divergência étnica com a FDLR, a qual já havia se fundamentado e ganhado boa medida de poder, não havia mais razão para que a organização continuasse ativa da forma em que estava posta.

Do restante dos mobilizados pela RCD, que correspondia ainda a uma grande quantidade de tutsis, com a União dos Patriotas Congolêses (UPC), outra milícia de menor expressão que, no entanto, vinha em crescente, surgiu, já em 2006, o Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), uma milícia que tinha como objetivo final combater os hutus mobilizados na FDLR e que vinham causando grande numero de mortes não só à milicianos tutsis, mas civis.

Ainda no final de 2005, em meio à continuidade dos combates em território congolês, Kabila, após eleições que foram ao segundo turno, foi declarado presidente da República Democrática do Congo, a qual governaria em parceria com um primeiro-ministro, Antoine Gizenga, terceiro colocado nas eleições presidenciais.

A realidade é que o presidente assumiu o controle político legal do país, mas, na

---

13 Remendo, em francês.

prática, teve que compartilhar a regulação das atividades sociais do mesmo com os chefes milicianos. Isso porque, após o final da Grande Guerra Africana, as milícias haviam disseminado sua influência e atingido um nível de organização que permitia pôr o Estado em condição marginal no leste da RDC.

### **Pós-2006: Continuidade das tensões**

No que toca ao conflito, o governo eleito de Joseph Kabila escolheu como norte o desmantelamento da FDLR. É visível, então, que Kinshasa tomou partido na questão dos refugiados. Se, no primeiro momento, Mobutu tinha sido omissivo quanto à instalação dos refugiados ruandeses no território congolês, Kabila, vendo que não poderia desmobilizar a todas as milícias formadas desde então, escolheu por iniciar uma aproximação com as organizações tutsi, a fim de tratar o problema que os hutus representavam.

O primeiro ponto que indica essa aproximação com as organizações tutsi é o que chamamos de *mixage*<sup>14</sup>. Analogamente ao que foi a *brassage*, esta foi mais uma tentativa de incorporação de milícias ao contingente armado congolês. A diferença entre os dois movimentos fica por conta de que, desta vez, não necessariamente os indivíduos deveriam se desligar da milícia para compor as FARDC, ou seja, milícias inteiras poderiam se unir ao exército.

Alvo preferencial da *mixage* foi o CNDP. Se por um lado o governo se engendraria em uma milícia que já nasceu grande, por outro os milicianos viam vantagem na questão porque informavam à Kinshasa que tinham três vezes mais o número de soldados que dispunham, recebendo muito mais recurso financeiro do que poderiam acumular em muito tempo longe do governo (RIFT VALLEY INSTITUTE, 2012). O fato é que ambos, Kabila e CNDP, queriam ver a FDLR eliminada.

Dada a aproximação do governo congolês com o CNDP, as ofensivas contra os hutus e, principalmente, a FDLR se intensificaram nos Kivus. O segundo ponto que confirma a ligação com os tutsis contra os hutus se deu, em 2008, na Conferência de Goma, quando 22 grupos armados pactuam com o governo no sentido de levar paz, segurança e desenvolvimento à região.

No dia 22 de dezembro deste mesmo ano é aprovada no Conselho de Segurança da ONU a resolução 1856 (ONU, 2008), que ampliou o contingente da MONUC para 19815

---

14 Mistura, em francês.

soldados, tornando-se a maior operação de paz das Nações Unidas em andamento. A resolução tinha o mesmo objetivo que as anteriores, fazer com que a integridade física dos civis fosse mantida durante o desenrolar do conflito e ainda mais, com as ofensivas conjuntas que se desenvolveram.

Ocorreu que da prorrogação dessas ações, mais conexões foram formadas sem que, no entanto, fosse verificada uma factível desmobilização da FDLR. A RDC decidiu, então, fazer alianças externas para sanar o problema.

A primeira aliança foi realizada com Ruanda. Como os ruandeses compartilhavam do desafeto pelos genocidaires, o país colaborou prontamente para que a operação de paz nomeada *UmojaWetu*<sup>15</sup>. Desta forma, a porta para que uma série de operações fosse lançada abriu-se, sem que, até hoje o objetivo final de levar paz à região fosse alcançado.

Ao menos teoricamente, estas operações tentaram fazer com que os hutus refugiados na RDC voltassem para Ruanda. De fato, há registros de 1087 repatriações de membros da FDLR (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009), as quais, contudo, não conseguiram mascarar a realidade que levou à protelação do conflito. Chegando a Ruanda, não havia garantia de que os hutus não voltassem para o Congo e se incorporassem novamente a milícias armadas. Fora essa questão, há, e isso é recorrente, o caso daqueles que não aceitam passivamente a repatriação e que, portanto, mantêm-se em combate pelas milícias hutus, principalmente a FDLR, resistindo às ofensivas lançadas pelas coalisões citadas.

A partir de 2009 e com a ampliação da força militar da MONUC, esta passou a organizar, também, em parceria com o governo congolês operações de paz a serem empregadas na região dos Kivus.

## **A ONU e o conflito**

Partindo do pressuposto de que a razão de existência da MONUC era proteger a vida dos civis habitantes da região, aliar-se com as FARDC consistia em uma contradição, ainda que eliminar as milícias que atacam os civis fosse um ponto necessário pelo qual teria de se passar para atingir seu objetivo. A contradição consistia no fato de as FARDC serem, juntamente com as milícias, uma instituição que não poupava atos ultrajantes aos Direitos Humanos.

Se nos lembrarmos que uma parte considerável do exército fez ou faz parte de

---

15 Nossa União, em swahili.

milícias e, portanto, não são habituados a seguir qualquer norma ética para subjugar os adversários e, assim, atingir seu fim, entenderemos um dos fatores que levam à práticas contrárias aos Direitos Humanos dentro do próprio exército.

Além disso, a própria desestrutura estatal colabora para que tais ultrajes permaneçam acontecendo. O poder judiciário na RDC tem como principal característica a impunidade (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2009), o que possibilita que os membros das FARDC ajam conforme os meios que acharem mais convenientes, sem se preocupar com futuras represálias. Doravante, vale esclarecer que caberia às próprias forças armadas levar a cabo as decisões do judiciário, caso ocorresse alguma condenação, o que é impensável na conjuntura posta.

Contudo, a Missão da ONU no Congo se mostrou uma fiel aliada de Kinshasa. A função desta nas operações de paz lançadas era, basicamente, prover suporte logístico para o exército nacional. A MONUC facilitava o transporte de tropas, sedia alimento, munição, armas e combustível para que as operações fossem lançadas (INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE, 2010).

A primeira operação conjunta entre a MONUC e a RDC recebeu o nome de Kimia<sup>16</sup>II. Nesta, muito embora o contingente da FDLR tenha sido diminuído quase que pela metade, de 6000 para 3200 (INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE, 2010), o ônus da operação foi altíssimo. Estima-se que, durante o decorrer da operação, milhares de congolese se tornaram deslocados (INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE, 2010) e 732 civis foram mortos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009). Grande parte do número de deslocados é resultante não do temor da guerra em si, mas das práticas que a acompanham, porque, como dito, na RDC, o confronto militar possui o agravante que corresponde aos ataques a civis, os quais são arbitrariamente mortos ou estuprados, quando isto não ocorre simultaneamente.

Em resposta a esses casos, o Conselho de Segurança determinou por meio da resolução 1906 (ONU, 2009) que a MONUC não deveria ser tolerante com casos de desacato aos Direitos Humanos, suspendendo, portanto, qualquer tipo de auxílio a tropas do exército que não se mostrassem disciplinadas o bastante para agir como tal.

A próxima operação de paz lançada, já sob a jurisdição da resolução 1906, foi a

---

16 Silêncio, em swahili.

operação *Amani Leo*<sup>17</sup>, de 2010. Seus objetivos eram idênticos aos da operação anterior e seus resultados também foram similares. Embora esta operação também tivesse conseguido diminuir o contingente armado da FDLR, a milícia parecia possuir um poder regenerativo muito grande porque sempre continuava mobilizada e angariando membros, mesmo após sofrer derrotas no campo de batalha.

Ainda em 2010, a MONUC se converteu em Missão de Estabilização das Nações Unidas no Congo (MONUSCO), sob a resolução 1925 do Conselho (ONU, 2010). Esta alteração foi tomada para soar como um voto de confiança da ONU à RDC, porque indicava que o conflito vinha caminhando para uma resolução. Então, seria necessário que se desse início a uma estabilização. A resolução apontou que, conforme as áreas se mostrassem seguras, paulatinamente, o contingente seria removido do país.

É fato que, embora o nome da missão de paz tivesse sido alterado, suas funções continuariam basicamente as mesmas, sendo a principal a proteção de civis. Há, contudo, algumas demandas que não foram atendidas pela resolução. Isso se deve à resolução não apontar, por exemplo, se, para proteger os civis, a MONUSCO pode organizar operações preventivas ou agir de forma incisiva para diminuir a capacidade dos grupos armados.

Logo após a instituição da MONUSCO irrompeu na RCD uma série de estupros realizados em conjunto pela FDLR, grupos maimai e membros das FARDC. Estima-se que somavam cerca de 200 estupradores, atuantes tanto no Kivu do Norte quanto no Kivu do Sul, os quais fizeram, no mínimo, o dobro de vítimas em poucos dias (INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE, 2010). Espanta o fato de os agentes da MONUSCO pouco terem feito pelos civis na ocasião. Embora bases na missão existissem próximas aos locais dos estupros, nenhum enfrentamento ocorreu. Como resposta a este caso em específico foi lançada a operação *Shop Window*<sup>18</sup>, uma represália que foi capaz de atingir somente 30 dos 200 estupradores (INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE, 2010).

Há ainda operações lançadas recentemente, como o caso da *AmaniKamilifu*<sup>19</sup>, de 2012, as quais têm, em suma, os mesmos objetivos das missões anteriores, ou seja, desmobilizar milícias e repatriar os membros das mesmas, sem que a população civil seja afetada em grande medida. No entanto, não só a FDLR não foi desmobilizada, como outros

17 Paz hoje, em swahili.

18 Compra de Viúva, em inglês.

19 Paz aprimora, da em swahili.

acontecimentos levaram à formação de outras milícias, o que indica que o conflito ainda não encontrará sua resolução prontamente.

### **O M23 e o futuro do conflito**

Em razão da constante aproximação entre o governo congolês e o CNDP, não só pela efetuação da *brassagee*, depois, da *mixage*, mas pelo objetivo comum de alcançar a desmobilização da FDLR, a conjuntura do conflito levou a uma situação em que os civis já não sabiam diferenciar se eram atacados por milicianos ou pelo exército nacional.

Tal aproximação levou à assinatura de um acordo formal entre as partes, firmado no dia 23 de março de 2009. Nele, pactuou-se, basicamente, que a CNDP poderia integrar as tropas do exército e da polícia; que poderia se transformar em um partido político; que seus membros administrativos poderiam ser remanejados para dentro da estrutura administrativa estatal; que seria facilitado pelo governo os diálogos entre membros e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no intuito de realizar a repatriação daqueles membros que assim desejassem; que o governo deveria reconhecer as patentes dos milicianos dentro do exército e da polícia; e que um comitê seria formado pelas partes para discutir suas relações acompanhados por entidades internacionais como a ONU e a União Africana (UA).

Para que o CNDP migrasse de uma situação em que recebia apoio de Ruanda para outra em que se tornava aliado da RDC, é evidente que a milícia deveria verificar alguma vantagem. Tais vantagens foram fixadas no acordo acima citado. Contudo, não são somente essas vantagens oferecidas que levam à aliança. O jogo de poder dentro da milícia envolvendo seu alto comando também tem relação com o fato. Ocorreu que a substituição de seus líderes contribuiu para essa mudança de postura, a qual, como toda ação, não agrada a todos dentro da organização.

Do pacto firmado em 2009 certamente algumas benesses seriam geradas para a milícia. Contudo, não é necessário ter grande conhecimento sob o conflito para perceber que tal acordo era, no mínimo, muito ambicioso. Isto é, o acordo que garantiria a estabilidade dos milicianos junto ao ordenamento estatal configurou uma chance que, certamente, não poderia ser aproveitada por todo o CNDP, primeiramente, por sua extensão, depois, porque o próprio Estado congolês não contava com uma estrutura capaz de garantir todas suas promessas.



Assim como se deveria esperar, o acordo firmado em 23 de março de 2009, embora tivesse sido cumprido em partes, motivou revolta dentro do próprio CNDP, porque não o contemplava em plenitude. Os milicianos acusavam o governo e as forças armadas de discriminação.

Após três anos de vigor do acordo, chegou o momento em que a situação se tornou insustentável. Ruanda, ao perceber o descontentamento dos milicianos do CNDP que não haviam sido contemplados pelo braço estatal, apoiou que estes se rebelassem contra o mesmo.

Desta forma, em protesto ao desrespeito ao tratado acordado, irrompeu, em 2012, a rebelião que assumiu forma no novo grupo insurgente chamado M23. O grupo surgiu sem o apoio inicial dos banyamulengues e hutus que haviam formado o suporte da RCD e sem o apoio de boa parte da própria CNDP. Contudo, por levantar a bandeira da discriminação de milicianos por parte do Estado, conseguiu trazer para sua causa pelo menos oito milícias de menor expressão já de início.

Por essas razões o conflito voltou a opor, como nas grandes guerras congolezas, o Estado a milícias descontentes com o governo de Kinshasa e apoiadas por forças externas. Atualmente há dois polos milicianos bem organizados que se opõem abertamente à Kabila, o M23 e a FDLR. A formação do M23 e seu contínuo crescimento indica que o conflito que ocorre no leste da RDC não caminha na direção de um final próximo.

Dado este breve resumo, tentaremos ressaltar em seguida algumas questões relativas à forma com que o conflito se desenvolveu e ainda se desenvolve na RDC, buscando salientar porque entendemos que este Estado mostra-se fraco e, portanto, sua população carece da atuação de instituições transnacionais organizadas em redes.

## **A dinâmica do conflito e a fragilidade do Estado**

Como indicado no início deste capítulo, a situação de conflito armado que vigora há praticamente 20 anos na RDC tornou este Estado, que já vinha de um passado de exploração colonial e ditatorial, incapaz de agir de uma forma tal que possibilitasse que seus cidadãos vivessem sob a garantia da lei e da ordem que se espera que o Estado mantenha.

Estima-se que de 1998, quando irrompeu a Segunda Guerra do Congo, até 2009, período em que o M23 ainda não era ativo, mais de 5,4 milhões de pessoas já tivessem morrido em decorrência da guerra (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2009). Após todo

este período de hostilidades e luta armada, mortes arbitrárias de civis, estupros e outros atentados aos Direitos Humanos já se parecem com atividades corriqueiras engendradas nas práticas e costumes da sociedade, isto é, o problema do desrespeito aos Direitos Humanos já saiu de um nível conjuntural e tomou proporções estruturais na RDC.

Desta forma, porque os acontecimentos destruíram a coesão social antes mesmo que esta pudesse ser consolidada, entende-se que o conflito instaurado no Congo levou a uma situação que incapacita o Estado de agir unilateralmente para solucionar o mesmo e, assim, voltar a prover a segurança e os demais direitos básicos de que a população carece.

Para afirmarmos que o Estado congolês não é capaz de gerir as relações sociais dentro de seu território nacional de maneira satisfatória do ponto de vista da garantia dos direitos fundamentais nos apoiamos nos próprios fatos ocorridos durante o conflito. Se olharmos com atenção, por exemplo, para a brassage e a mixage e até mesmo para o próprio AGI, que coloca fim à Segunda Guerra do Congo, verificaremos que, embora de formas diferentes, estes atos delegam visível importância às milícias. Isto é, assume-se por meio deles que, sem a colaboração das mesmas, nenhuma mudança conjuntural pode ser atingida.

Para fugir destes fatos marcados, basta lembrar que, durante os períodos em que as milícias dominaram uma área na região, a atuação Estatal resumiu-se a quase zero para os habitantes locais. As atividades administrativas passaram a ser executadas pelas milícias, numa latente forma de poder paralelo ao do Estado, inclusive cobrando impostos e gerenciando as atividades econômicas.

Logo, pode-se dizer que a atuação miliciana foi e vem sendo um fator de fundamental importância para a prorrogação do conflito, a qual somada a outros fatores que ressaltaremos posteriormente formam um cenário mais ou menos autoexplicativo e suficientemente hábil para indicar porque a situação de desrespeito massivo e contínuo aos Direitos Humanos encontra-se, atualmente, incorporada à estrutura sociocultural e faz com que o Estado não seja capaz de atuar satisfatoriamente nas funções que são essenciais para a vida dos membros da sociedade civil.

## **O Problema das milícias**

Durante toda a guerra aberta e o posterior ambiente de conflito que ainda perdura no Congo, muitas milícias se organizaram. O fato é que esse tipo de instituição se torna característica do local e, com o passar dos anos, ainda que muitas delas deixassem de existir,

por outro lado, outras ganharam muito prestígio e relevância.

Algo que é válido ressaltar é que dentro das milícias, por vezes, diferenças étnicas não são fator que impedem a instituição da mesma. Exemplo claro disso foi a RCD, que colocou no campo de batalha hutus, tutsis ruandeses e tutsis congolezes, ou, antes ainda, a própria AFDL, que uniu etnias em favor do golpe de Estado que visava retirar o ditador Mobutu do poder.

Por outro lado, as mesmas diferenças étnicas postam-se como o cerne de mobilizações e rebeliões que assumem a forma de milícia armada em outras ocasiões, como o caso do CNDP e da FDLR. Vale notar que, considerando ou não a etnia como fator fundamental para a mobilização, as milícias são instituições que refletem o descontentamento da população, e esse descontentamento, ainda que expresso de forma bárbara, é mutante e se regula segundo a forma que se apresentam as práticas e necessidades da população.

Assim, como a maioria dos conceitos que são ligados ao grande ramo da cultura, fica claro que as necessidades e reivindicações de diferentes povos em diferentes momentos no tempo são mutantes, isto é, constituem uma dinâmica fluida intrínseca à própria influência que age mutuamente entre os atores e a estrutura sociocultural que os cerca.

Exemplo claro do que tratamos acima é que mesmo a FDLR não se forma imediatamente após o fluxo de refugiados se fixar no Congo, ou seja, a conjuntura do momento não influenciava que os hutus manifestassem um sentimento de união e reivindicação para se organizarem na forma de milícia armada. O período de latência para a formação da mesma se deu justamente porque logo quando os hutus entraram no país não encontraram grande resistência por parte do governo de Mobutu. No entanto, tal resistência passou existir após a posse do líder tutsi, Laurent Kabila. Os membros das FDLR, então, começaram a mover um sentimento de revanche, o qual motivou, depois, inúmeros ataques à população civil congoleza, com a justificativa de estarem punindo-os por mudarem de lado (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009).

Análogo ao que ocorre com a FDLR, que toma uma postura aguda pelo fato de o governo congolês tomá-los como *personas non gratas*, parte da RCD passa pela mutação que dá origem ao CNDP, o qual, posteriormente, também serve de ponto de partida para a organização do M23, mas, logicamente, por motivos distintos.

Ponto comum é que, pela disseminação das instituições milicianas em número e em

poder, podemos dizer que sua existência é não só fundamental para o protelamento do conflito, mas também ponto central deste e dos atos que seguem paralelos a estes.

Das práticas típicas das milícias – mas não só delas, a mais preocupante é aquela que vimos ressaltando durante o capítulo: a tomada de civis como alvos de ataques. Estima-se que, somente entre janeiro e setembro de 2009, período que compreende ao desenvolvimento das operações UmojaWetu e Kimia II, aproximadamente 9500 casas foram incendiadas por consequência da ação miliciana na região dos Kivus, sem contar outras construções como escolas, igrejas e hospitais (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009).

No mesmo período, não só por terem suas moradias queimadas, mas também devido ao temor que o combate manifesta na população civil, 900 mil habitantes se viram obrigados a deixar suas casas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009). Dentre aqueles civis que não tiveram a oportunidade de fugir ou decidiram permanecer em suas residências, 290 foram estuprados e 701 foram mortos pela FDLR (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009).

Fica claro que um agravante do conflito que se destaca do ponto de vista da proteção aos direitos humanos envolve a delicada questão do estupro. Nas palavras do General Patrick Cammaert, ex-comandante das forças da MONUC no leste do Congo, “É mais perigoso ser uma mulher que um soldado atualmente na República Democrática do Congo.” (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2009, p. 12) Somente em 2009, mais de 7500 casos de estupro foram registrados, além daqueles que são documentados como mortes arbitrárias, porque é uma prática usual na região o estupro em grupo, seguido de amputação de membros das vítimas e/ou execução (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009).

Espanta o fato de que a prática do estupro não seja exclusividade das FDLR, que diz estar punindo a população civil. Os combatentes do CNDP e das FARDC, corriqueiramente, também alvejam a população civil, afirmando que estes estão colaborando com as FDLR, sendo complacentes com sua presença. Segue a transcrição do relato de uma mulher vítima das próprias forças armadas congolezas:

Eu estava em minha casa quando os soldados vieram. Tinham armas e eu não sabia o que fazer. Eles chamaram meu marido e lhe pediram \$ 500. Disseram que o matariam se ele não lhes desse isso. Nós só tínhamos \$ 200, então demos. Eles disseram que não era suficiente, então um deles disse que eu era bonita e ele não poderia sair dali sem me estuprar. Quando meu marido implorou para ele, o soldado atirou em meu marido e a mesma bala acertou meu filho mais velho. Ambos morreram. Então ele me estuprou. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009, p. 67, *tradução nossa*)

Fica evidente que em vez de o exército cumprir sua função de proteger a população civil, este subordinado estatal age vitimando aqueles por quem deveria zelar. Foram catalogados 349 casos de estupro e 732 mortes pela HRW durante as operações de paz lançadas em 2009 partindo das Forças Armadas. A cobrança indevida de impostos, os assassinatos e o estupro, além do controle de parte do mercado ilegal de minérios (ICG, 2012) são atividades rotineiras no meio das FARDC.

Se olharmos para o desenvolvimento do conflito, perceberemos que, embora a prática de estupros não seja exatamente nova na região, esta vem em escalada, tornando-se, juntamente com a morte arbitrária, uma forma de atingir a população civil e, assim, espalhar terror. Se no início do conflito as milícias possuíam um objetivo político claro e, para chegar a ele, passavam pela luta armada, atualmente, o meio, isto é, a luta armada tendo civis como alvo, passa a ter maior importância que o próprio fim, uma vez que, com o protelamento do conflito, parece cada vez mais claro que nenhuma das partes conseguirá atingir seu fim em plenitude sem que haja uma mudança de conjuntura.

Há, no entanto, para a permanência da mobilização das milícias e também para a continuidade do interesse de forças externas em apoiar a prorrogação do conflito, um interesse velado, o qual vai além dos atos explícitos nos discursos de todas as partes envolvidas, este corresponde à questão econômica que circunda a região.

### **A influência da economia para o conflito**

Ao tratarmos da questão econômica que se relaciona ao desenvolvimento do conflito, somos obrigados a nos lembrar de dois pontos principais: a concentração de renda na camada alta da sociedade dentro da RDC e o interesse dos vizinhos no que se refere ao leste do país.

Não é segredo que a exploração mineral e petrolífera são as duas principais fontes de renda na RDC. Algo incabível e, no entanto esperado, é que esta seja manipulada em função dos interesses pessoais da parcela alta da sociedade, levando ao empobrecimento relativo do Estado. Estima-se que 70% do lucro das minas acaba nas mãos desta camada mais abastada da sociedade congoleza, enquanto, como já lembrado, 80% da população sobrevive com menos de US\$ 1,00 por dia, isto é, em condição de miséria extrema (ICG, 2012).

Há regiões em que as próprias FARDC compartilham da ilegalidade do mercado de minérios e petróleo. As forças armadas gerenciam as atividades mineradoras cobrando uma parcela dos trabalhadores, sem que isso tenha qualquer relação com a cobrança oficial de

impostos do Estado. Há situações, inclusive, em que se verifica a formação de parcerias com as milícias envolvidas no conflito armado, as quais, por sua vez, empregam trabalho de cidadãos forçosamente, não amenizando nem mesmo as crianças (ICG, 2012).

Alguns chegam a afirmar que o conflito étnico de que falamos somente mascara os reais motivos para a protelação do confronto nos Kivus.

Relações entre grupos étnicos nos Kivus são frequentemente caracterizados pela tensão. Em um cenário altamente complexo das interações sociais e relações Estado-sociedade, a etnia é muitas vezes usada como uma ferramenta para mobilizar as pessoas em torno de uma agenda econômica, uma tática especialmente proeminente em áreas de mineração. Em poços de mineração, indivíduos de diferentes tribos e regiões trabalham lado a lado. Mas etnicidade torna-se uma fonte de tensão quando diferentes pessoas ou grupos (civis e militares) manipulam comunidades, a fim de ganhar ou manter o controle territorial por fins econômicos. Por exemplo, um chefe habitual pode permitir que jovens dominem uma área rica em minerais e recolher impostos, dizendo que eles vão "proteger a pátria" de estrangeiros. Grupos armados fazem o mesmo. No início de 2009, ex-membros do CNDP foram denunciados por estarem tributando a população para financiar seus "irmãos" das FARDC, que não estavam sendo pagos (ICG, 2012, p. 12).

É evidente que a riqueza mineral e petrolífera poderia ser, se bem administrada, uma fonte considerável de renda que permitiria não só a RDC deixar de ocupar as últimas colocações no ranking do IDH mundial, mas também financiar ações estatais contundentes que agiriam no sentido de finalmente estabilizar o conflito no leste do país.

A cultura da corrupção, que tem raízes na apropriação estatal pela metrópole belga e, depois, pela alta sociedade que dava suporte ao governo de Mobutu, assim como o estupro, encontram-se enraizados e, desta forma, impossibilitam qualquer tipo de proposta que vise empregar o dinheiro que é gerado pela mineração e pelo petróleo para findar com o ambiente conflituoso do país. Em 2007 a *Transparency International's Corruption Perceptions Index* elencou a RDC como o país que ocupa a 168ª posição no ranking da corrupção mundial (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2009).

Há pouco tempo, confirmou-se a existência de novas jazidas de petróleo em território congolês. Essa descoberta deveria levar o governo a programar uma reforma no setor petrolífero e distribuir os lucros entre as províncias até que fosse possível investir de forma contundente na resolução dos conflitos e estabilização social (ICG, 2012). Contudo, nenhuma dessas medidas foi apontada pelo governo até o momento.

Por outro lado, o interesse de organismos externos à RDC é despertado pelas oportunidades econômicas que o país oferece. Desde o início do século XX, isto é, desde quando os países da África começam a adquirir a forma que possuem hoje, há registros de migrações de países vizinhos para a RDC em função da exploração do setor de minérios. Como dito, após o genocídio em Ruanda, este fluxo de migrações aumentou porque,

logicamente, um indivíduo que deixa seu lar por temor da situação que seu país vive procurará uma região em que há a possibilidade de obter renda em alguma atividade produtiva e, sem dúvida, o setor de minérios é alvo preferencial para a mão-de-obra desqualificada que se propôs a migrar.

Contudo, é latente que não só os indivíduos tem interesse na região. Com um cenário de conflito armado instaurado, a possibilidade dos países adjacentes conseguirem se beneficiar da situação para garantir bons ganhos econômicos faz com que eles apoiem instituições envolvidas no combate. Fica claro, então, que não somente por ideias políticas, mas por motivos econômicos os conflitos no Congo ganham a proporção que apresentamos, porque, assim como Laurent Kabila imaginou, aqueles que o apoiaram em sua subida ao poder cobrariam um preço por isso.

Exemplo dessa lógica é Ruanda, que, mesmo após o final das grandes guerras abertas, continuou, e continua, mantendo seu apoio a determinadas instituições contrárias ao governo de Kinshasa. Sem dúvidas, o país que é imediatamente fronteiro com a exata região do conflito encontra benefícios econômicos com a prorrogação da situação.

É curioso pensar que, mesmo a região dos Kivus se mostrando interessante para os vizinhos africanos em termos econômicos, é baixo o interesse geopolítico de potências na região após o término da Guerra Fria. Se a MONUSCO foi constituída no local, pode-se dizer que isso em muito se deve ao fato de a ONU ter negligenciado os genocídios na antiga Iugoslávia e em Ruanda e, por isso, deveria tomar alguma atitude ou sua reputação se esvairia.

No entanto, se refletirmos, entenderemos sem muito esforço que os ocorridos na Líbia e no Egito e que se propagaram pelo Oriente Médio, denominados Primavera Árabe, tiveram rápida intervenção estrangeira que levou a sua resolução porque tratam-se de áreas de palpável interesse dos Estados mais poderosos em todo o sistema internacional. Ao contrário, há 20 anos o cenário de conflito está estabelecido na RDC e uma ação incisiva por parte de potências, como verificado na Primavera Árabe, não foi posta em prática para além da limitada ação da MONUSCO para a proteção de civis.

Se o interesse ou desinteresse estrangeiro soma-se com a má administração dos recursos econômicos para colaborar com a continuidade da condição de conflito armado no leste da RDC, pode-se dizer que a má administração do Estado não se resume somente à área econômica e, em boa medida, esse fator corresponde àquele de maior relevância para a continuidade do estado de conflito.

## **Desestrutura Estatal**

Chamamos aqui de desestrutura estatal a consequência de seguidas más administrações do aparato estatal congolês, as quais culminaram em uma situação de desordem em que tornou impossível para o governo tomar decisões que sejam capazes de garantir os direitos básicos dos civis, bem como a ordem interna do país.

Esse processo de desestruturação é intimamente conectado ao fato que citamos anteriormente de o Estado congolês, desde sua instituição, não se organizar em bases sólidas

que pudessem permitir a constituição de um estado democrático de direito. Tal processo se inicia com a exploração imperialista belga, passando pelo longo período ditatorial de Mobutu e os questionáveis governos da família Kabila. É latente que na história do Estado congolês não houve um período considerável de administração estável que possibilitasse sua afirmação se compararmos, por exemplo, com o caso de países com história democrática mais longa.

A utilização do aparato estatal para o benefício pessoal é correlato a essa sequência de más administrações. A discrepância entre os mais ricos e os mais pobres no Congo é gritante e a camada mais rica usa de sua influência para continuar em sua posição de conforto e, assim, participar dos esquemas de corrupção. Sem dúvida, esta é uma situação cômoda para este estrato social, uma vez que qualquer tipo de manifestação contrária é impensável dentro de uma situação de conflito armado, já que os civis afetados pelo conflito, antes, tem de pensar na manutenção de sua vida, para que possam, depois, reivindicar uma melhoria no cenário político-social.

Importante fator para a ocorrência do que chamamos de desestrutura estatal congoleza corresponde à organização do cenário de segurança do país. Como dito, a instituição que surge em 2003 pela união de diversas estruturas militares estatais e não estatais sob o comando do governo de Kinshasa e que atende pela sigla de FARDC corresponde a uma organização que passa ao largo de garantir a segurança na RDC.

As forças armadas do país atuam, no mínimo, de maneira contestável no conflito instaurado. Durante os combates, as FARDC, em vez de usarem de seu poderio armado contra as partes milicianas a que se opõem, fazem uso, assim como seus adversários, de práticas ultrajantes aos Direitos Humanos, o estupro e a morte arbitrária de civis, como já lembrado.

Não obstante, as FARDC são sócias no negócio de mineração. As mesmas, mais uma vez, atuam de forma semelhante às milícias, fazendo com que parte dos ganhos dos trabalhadores seja recolhido. É bem verdade, que não se pode crucificar essa organização por suas práticas, porque, como se vem defendendo, ela é somente um braço de toda uma estrutura governamental desorganizada.

Se os membros das FARDC cobram tributos próprios da população civil, em boa medida, isso se deve ao fato de o governo agir de maneira falha para com as forças armadas. Os soldados convivem com salários atrasados e privação de condições de trabalho, inclusive na questão alimentícia (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2009). É evidente que a falta do governo para com as FARDC não justifica a atuação da mesma no que tange à atividade econômica. Contudo se pode, no mínimo, compreender que tais ações fazem parte de uma conjuntura maior e bem mais complexa.

Por outro lado a questão da postura das FARDC com relação aos desrespeitos aos Direitos Humanos, colaborando para a disseminação destes, é de todo condenável. É verdade que as FARDC são compostas em boa medida por ex-milicianos e que o treinamento provido a seus agentes é precário. Por isso, se torna consequência inevitável uma forma de combate menos organizada e menos eficaz, porém nada justifica os atos cometidos contra civis na forma em que se dão.



Se dentro do conflito a questão das FARDC é preocupante, não é menos relevante o problema que representa a polícia no âmbito civil. A Polícia Nacional Congoleza (PNC) foi criada, em 2002, pela combinação da Força Pública, da Guarda Civil, da Polícia Urbana e de ex-membros de grupos beligerantes (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2009). O resultado foi uma polícia que combina agentes treinados e não treinados, dentre os quais viúvas e órfãos são protagonistas. Assim como nas forças armadas, não há uma estrutura clara de comando e os agentes não se encontram preparados para as ocasiões que se impõe.

Ocorre que, sem um corpo de agentes devidamente preparados, o patrulhamento, já difícil devido à prevalência de propriedades rurais no Congo, se torna impossível, porque não se consegue cobrir com eficiência as localidades críticas e, mesmo que se fosse capaz de cobri-las, não se seria capaz de enfrentar as milícias ou as FARDC.

Além disso, no momento em que os cidadãos vão à procura da polícia para relatar os ocorridos trágicos frutos do conflito armado, esta não se mostra capaz de solucionar o problema, uma vez que não tem condições de dar voz de prisão aos agressores, porque, por vezes, são componentes das próprias forças armadas. Se olharmos com atenção esta situação, perceberemos que se trata de um dilema de dois polos: há uma lacuna de colaboração entre as autoridades e a sociedade e, ao mesmo tempo, entre as próprias autoridades entre si.

A situação se agrava mais ainda ao considerarmos que o sistema judiciário congolês é tão precário quanto as estruturas descritas acima. De todos os crimes ocorridos contra os Direitos Humanos no Congo, poucos são os réus que se tornam condenados (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2009). A impunidade é uma realidade que suporta a manutenção de atentados à população civil, porque aqueles que os cometem tem a ciência de que raramente serão incriminados por seus atos.

Para se ter ideia da gravidade da situação, é mais comum que ocorram condenações pelo Tribunal Penal Internacional após a denúncia de envolvidos no conflito por ONGs, do que condenações levadas a cabo pelo aparato jurídico congolês. Tal dificuldade em muito se deve justamente pela baixa articulação entre o poder judiciário, a polícia e o exército, uma vez que esses se mostram impotentes para executar as sanções que são determinadas, até por que, em parte delas, estão envolvidos nos casos como réus. O Congo é um Estado em que a “regra da lei” como conhecida no Ocidente faz pouco sentido e, portanto, pensar na diferença entre “legal” e “ilegal” torna-se um exercício que não leva a lugar algum (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012).

Desta forma, fica claro que o Estado não possui a força militar necessária para neutralizar os grupos armados e as agências jurídicas e policiais necessárias para estender sua autoridade através de todo seu território. Além disso, nos locais onde estas agências estão presentes, as atrocidades continuam a ocorrer, o que denuncia a séria situação da estrutura que envolve a segurança no Estado.

## Conclusão

Ao analisarmos o histórico do conflito congolês e os fatores que contribuem para seu protelamento entendemos que o Estado congolês encontra-se fracamente estruturado para que o governo possa exercer suas funções e, conseqüentemente, garantir os direitos básicos de sua população.

Embora o estopim para a guerra possa ser, de fato, relacionado às complicações geradas a partir da confrontação de tutsis e hutus no leste congolês, para que o conflito tenha se estendido por mais de quinze anos, certamente, outros fatores acarretaram maior ou menor consequência.

A intervenção dos Estados vizinhos no conflito deve ser uma variável considerada para a explicação do mesmo. Caso Ruanda e Uganda não tivessem se oposto ao governo de Kabila, nutrindo as forças milicianas, certamente estas não teriam conquistado a força necessária para controlar toda uma região do país.

Vale reparar que este conflito, em especial, conta com mais atores atuantes do que normalmente se encontra na história a respeito de conflitos em outras regiões do globo. Essa situação não caracteriza uma simples guerra civil porque não opõe um grupo descontente ao governo central do Estado; ao contrário, são variados grupos milicianos de diferentes capacidades que se impõe durante o tempo, conflitando entre si, com o governo e com a sociedade civil. Como se não bastasse, os países adjacentes<sup>20</sup> enviaram tropas e resguardaram alguns grupos no intuito de colher algum fruto futuro.

A assinatura do Global and All Inclusive Agreement tem sua relação com a protelação do conflito por caracterizar uma ocasião impar em seu desenrolar. A adoção de medidas no sentido de dividir o poder central, embora seja tomada para garantir a paz no curto prazo, resultou em uma situação de fortalecimento das milícias que se mostraria muito prejudicial no longo prazo. Desta forma, permitir a realocação destas marca um equívoco que é sentido na pele dos cidadãos congolezes em cada estupro ou morte ocorrida.

Em todo o território há áreas em que o governo não consegue estender sua influência seria alvejada por milicianos. Permitir que haja uma lacuna do controle estatal em porções do território revela-se um fato que contribui em grande medida para a prorrogação da situação de combate armado. Contudo, na mesma medida em que a impotência do Estado se apresenta, sua complacência descrê que haja real interesse em uma mudança da situação.

Ao somar a estrutura do conflito que se dá na organização de diversas milícias com diversas reivindicações ao longo do tempo à variável econômica, que corresponde ao interesse interno e externo para que o conflito não atinja uma resolução, e à desestruturação estatal, explícita na desordem que se institui em todo aparato administrativo do Estado no que tange à garantia dos direitos básicos à população civil, teremos um conjunto de fatores que, sim, melhor explica a prolongação do ambiente belicoso no leste do Congo por todo este longo período.

---

<sup>20</sup>Angola, Chade, Namíbia, Zimbábue, Sudão, Uganda, Ruanda e Burundi.

## Referências Bibliográficas

HUMAN RIGHTS WATCH. **“You Will Be Punished”**: Attacks on Civilians in Eastern Congo. Nova York: Ed HRW, 2009.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Black gold in the Congo: Threat to stability or development opportunity?.[S.l.]: 2012.

INICIATIVE FOR PEACEBUILDING.**Justice-sensitive security system reform in the Democratic Republic of Congo**. [S.l.]: International Alert, 2009.

INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE.MONUC/MONUSCO and Civilian Protection in the Kivus.[S.l.]: 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 1279**. Nova Iorque: 1999.

\_\_\_\_\_. **Resolução do Conselho de Segurança 1856**. Nova Iorque: 2008.

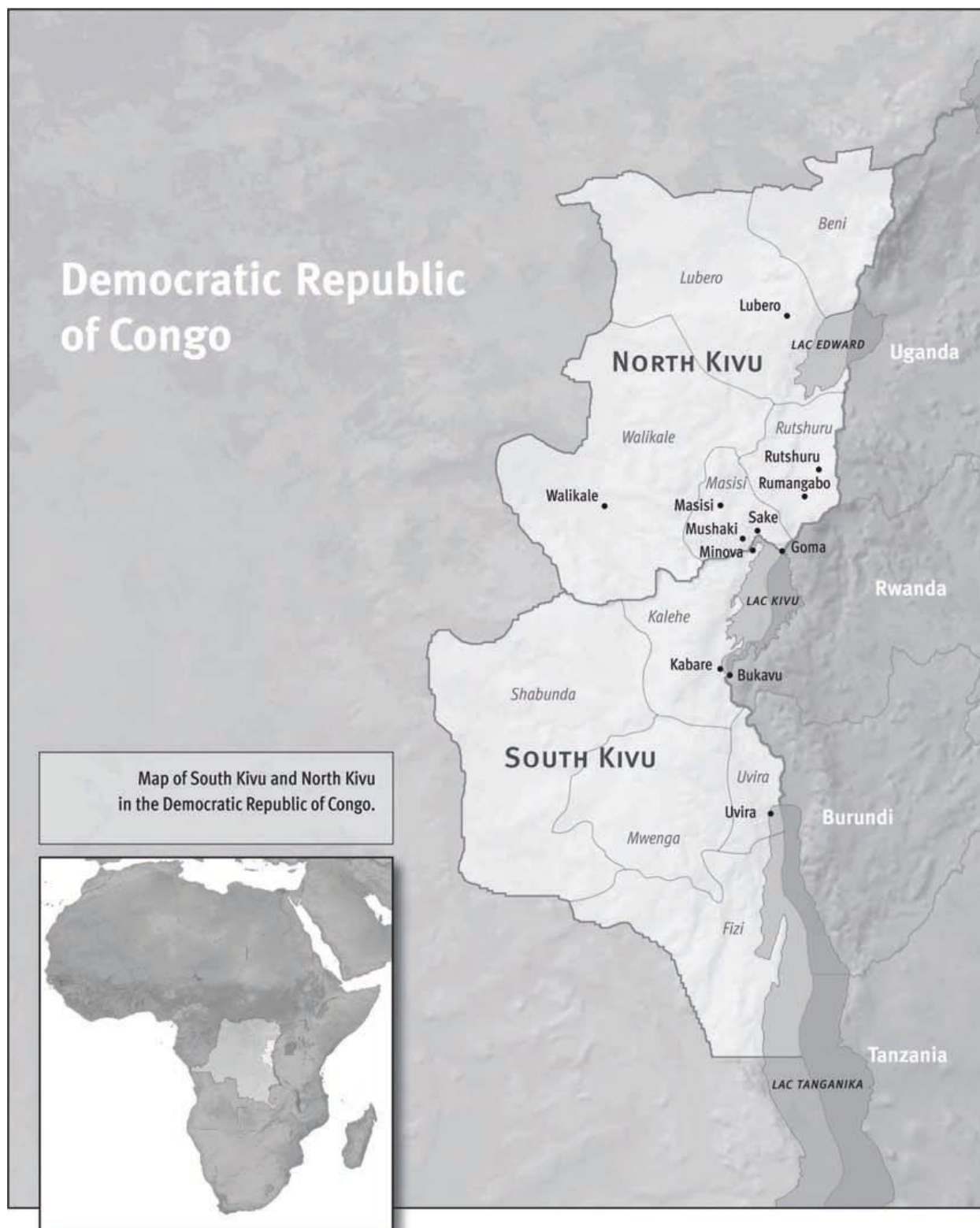
\_\_\_\_\_. **Resolução do Conselho de Segurança 1906**. Nova Iorque: 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução do Conselho de Segurança 1925**. Nova Iorque: 2010.

RIFT VALLEY INSTITUTE. **From CNDP to M23: The evolution of an armed movement in eastern Congo**. Londres: 2012.

## ANEXOS

### IMAGEM 1 - MAPA REGIÃO DA RDC



Fonte: HUMAN RIGHTS WATCH, 2009.